

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

A arrematante do Grupo 2 não possui documentação exigida por LEI, pertinente a sua atividade a ser desempenhada para o item temporariamente arrematado, fato este justificado pelo amparo legal que demonstraremos na peça recursal. ("A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação (...) de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene")

Voltar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº. 006/2023

S.M GUIMARÃES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA – QUALITY FABRICAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 26.889.274/0001-77, situada na Rua 1 S/N Quadra 2 Lote 145A – Balneário das Garças – CEP: 28.898-268 - Rio das Ostras-RJ, 3, vem, à presença de Vossa Senhoria, com base no item 11.1 do Edital do Pregão Eletrônico (Edital n. 006/2023) e demais normas aplicáveis à espécie, interpor, tempestivamente,

RECURSO

em face da decisão da não inabilitação da licitante SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, por NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, obrigatórios por Lei, o que torna incompleto a sua habilitação.

RAZÕES RECURSAIS

1) DOS PRESSUPOSTOS

A interposição do presente recurso é tempestiva.

A peça de irrisignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua legitimidade.

Presentes, portanto, os pressupostos recursais.

2) INTROITO

O objeto do presente certame licitatório restou assim definido: "Selecionar a proposta mais vantajosa para o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (KIT HIGIENE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

3) DO MÉRITO

3.1. Da Existência de Ilegalidade. Mácula no Processo Licitatório.

No caso em liça, impõe-se adentrar no exame do mérito da causa, para que reste demonstrada a procedência do pleito autoral, ante a existência de violação de leis já estabelecidas e com isso a violação também das regras editalícias, que afirmam que o órgão observará as empresas que não cumprem o estabelecido em Lei, conforme restará bem demonstrado.

A par das normas inerentes ao procedimento licitatório, em especial, a obrigatória observância dos princípios e normas legais pertinentes, per missa máxima vênia, necessária a inabilitação da licitante acima citada do Pregão Presencial Nº 006/2023, ao fundamento de que não observaram as normas legais e Editalícias, tal inabilitação tem respaldo no respeito a lei vigente, haja vista que, a empresa não seguiu os critérios objetivos definidos em lei, conforme restará demonstrado, de forma minudente, nos articulados que se seguem.

Preliminarmente, observou-se o disposto no artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2023:

Art. 40 A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:
(...)

VII – aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

XII – encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XIII – a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

Neste sentido, a verificação de condições de aceitação dos documentos apresentados em licitações públicas deve ser feita com observância dos requisitos que se prestam à sua finalidade, contudo, respeitando o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e as formalidades exigidas em Lei, as quais apesar de muitas vezes não explícitas em Edital, ainda assim continuam vigentes e devem portanto ser obedecidas.

Não há que se falar em ofensa princípio da proposta mais vantajosa, uma vez que os princípios norteadores da licitação pública devem ser entendidos em sua completude, e não interpretados isoladamente, ou privilegiando um em detrimento do outro. Não se pode olvidar que a ADMINISTRAÇÃO DEVE SIM buscar seleção da proposta mais vantajosa, porém sem comprometer os demais princípios atinentes ao julgamento e processamento da licitação, tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao

instrumento convocatório e julgamento objetivo das propostas.

Diante disso, percebe-se que na licitação os concorrentes e o próprio Poder Público ficam vinculados ao edital de convocação e as Leis estabelecidas, que é um instrumento onde são firmadas as regras do certame, condições e cláusulas específicas para a posterior contratação.

Assim, estará o Pregoeiro deste Município, ora recorrido, contrariando os Princípios da legalidade e da isonomia se não inabilitar a Licitante, pois estaria indo contra a legislação vigente e as regras editalícias, desprestigiando ainda os princípios da impessoalidade e da vinculação ao instrumento convocatório. Sob tal reflexão, afigura-se incorreta a decisão do Pregoeiro.

Com base nestes entendimentos, é fácil perceber que a licitante não cumpriu as determinações exigidas, sendo ela mesma a responsável por seu fracasso no certame, visto que apresentou e não possui documentação prevista na própria legislação pertinente, em detrimento desta recorrente que apresentou sua documentação de acordo com tais determinações se preparando para o fornecimento do produto de maneira legal.

Destaca-se ainda, no presente caso, que a manutenção da licitante como vencedora, tendo descumprido as exigências referidas em lei implicará sem dúvida nenhuma, na violação do princípio da isonomia.

3.2) Da obrigatoriedade da Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal.

Como podemos observar dentre os itens, temos inúmeros produtos para saúde e higiene pessoal (correlatos/cosméticos).

DA AFE

Para que empresas distribuidoras possam comercializar medicamentos, produtos para a saúde e cosméticos é obrigatório que se obtenha junto a ANVISA a Autorização de Funcionamento (AFE), obrigatoriedade imposta na Legislação que regula a atividade.

Vejamos o que diz a Resolução ANVISA/DC Nº 16 DE 01/04/2014:

"Art. 1º Esta Resolução tem o objetivo de estabelecer os critérios relativos à concessão, renovação, alteração, retificação de publicação, cancelamento, bem como para a interposição de recurso administrativo contra o indeferimento de pedidos relativos aos peticionamentos de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de empresas e estabelecimentos que realizam as atividades elencadas na Seção III do Capítulo 1 com medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, substâncias sujeitas a controle especial, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e cultivo de plantas que possam originar substâncias sujeitas a controle especial.

(...)

Art. 30A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes, saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde." (grifo nosso)

Nessa mesma linha temos a obrigatoriedade imposta pela Lei Federal 5.991 de 24 de setembro de 1973, vejamos:

CAPITULO V

Do Licenciamento

Art. 21 - O comércio, a dispensação, a representação ou distribuição e a importação ou exportação de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos será exercido somente por empresas e estabelecimentos licenciados pelo órgão sanitário competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, em conformidade com a legislação supletiva a ser baixada pelos mesmos, respeitadas as disposições desta Lei. (grifo nosso)

Falta de autorização para funcionamento da empresa, venda de produtos não registrados no Brasil, ausência de responsável técnico e péssimas condições de armazenamento. São alguns dos argumentos que embasam dez ações do Ministério Público Federal atualmente.

<https://mpfjusbrasil.com.br/noticias/1996408/mpf-mt-pede-a-interdicao-defarmacias-e-distribuidoras-de-medicamentos>

Nesse mesmo sentido o Tribunal Regional Federal da V Região tem negado apelação de empresas multadas pela ANVISA por não terem Autorização de Funcionamento (AFE):

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. LEI Nº 9.782/1999. VENDA DE MEDICAMENTOS PARA FARMÁCIA SEM AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS - AFE. PODER DE POLÍCIA. MULTA. LEGALIDADE. PROPORCIONALIDADE.

I - Nos termos da Lei nº9.782/1999, dispõe a Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA de competência para normatizar a produção e comercialização de produtos de interesse para saúde.

II - Se a Constituição da República Federativa do Brasil, no âmbito normativo da tutela cautelar do Meio Ambiente, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de "controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente" (CF, art. 225, § 1º, V), enquanto a Lei nº6.938, de 31 de agosto de 1981, ao dispor sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, tem, como objetivo principal, a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à

vida (art. 2º, caput), há de se entender porque as atividades relativas à produção e comercialização de produtos destinados ao consumo humano, não de submeter-se a rigorosas restrições legais, não tendo como afastar, na espécie dos autos, o atuar legítimo do Poder de Polícia da ANVISA, nas comportas de sua competência legal.

III – Em sendo assim, considerando que todas as farmácias do país são capazes de comercializar seus produtos após receber Autorização de Funcionamento das Empresas - AFE, expedida pela ANVISA, não bastando para tanto a licença expedida por municípios, nos termos da Resolução nº 238/01 da ANVISA, afigura-se proporcional e legal a multa aplicada à impetrante, na medida em que os medicamentos destinados ao consumo humano quando comercializados de forma irregular podem acarretar danos à saúde pública.

IV - Apelação desprovida. Sentença confirmada.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região TRF-1 – APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA: AMS 23351 DE 20083400.023351-0

Como podemos observar é exigido a AFE para que se possa comercializar medicamentos, produtos para saúde e cosméticos.

Repete-se a importância do objeto lícito, pois é para o uso humano. Com saúde não se brinca! Ainda mais sendo dever constitucional a saúde pública (art. 196 da CF/88).

Nota-se, portanto, que a não apresentação de tais documentos, além de ferir os princípios norteadores do processo licitatório e as leis vigentes, vai ao encontro dos entendimentos dos tribunais, que, ultimamente, entendem ser importantíssimos e imprescindíveis para a habilitação das licitantes vencedoras da disputa de lances.

Dessa forma, de acordo com o Acórdão 1211/2021 do TCU, requer que o pregoeiro incorra a inabilitação da licitante arrematante supracitada e a convocação da próxima colocada, mediante todos os argumentos expostos acima.

4) DO PEDIDO

Pelo exposto, requer o conhecimento e provimento do presente recurso para que seja inabilitada a licitante SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Nestes termos, pede-se aguarda-se o deferimento do pedido.

Ressaltamos que este mesmo recurso será formalizado via e-mail, em papel timbrado da empresa, para melhor visualização do mesmo.

Rio das Ostras, 17 de agosto de 2023.

Voltar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

Ref.: CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023

SQUADRA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.385.304/0001-36, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antônio Moraes Neto, Qd. 20 A, Lt. 325, Andar 2, Nº 330, Setor Castelo Branco, Goiânia, CEP: 74.403-070, neste ato representado por LETÍCIA RAFAELLA LUIZ CUNHA, residente em Goiânia/GO, inscrita no CPF sob o nº 018.551.261-50 e no RG sob o nº 5352508, SSP/GO, vem, respeitosamente APRESENTAR CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO perante a administração pública, em relação ao pregão eletrônico 006/2023, pelos fatos a seguir apresentados:

DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o instrumento convocatório onde sendo uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Desta forma, interposto o Recurso, cumprido seus prazos legais, o próprio sistema plataforma Credenciadora abriu o prazo para Contrarrazões qual fica demarcada até o dia 22/08/2023, comprova-se tempestiva este recurso, agido pela necessidade de apreciação.

DO OBJETO DESSA CONTRARRAZÕES

A empresa ora notificada participou do pregão eletrônico 006/2023, sendo REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (KIT HIGIENE), onde a mesma apresentou no certame todas as documentações exigidas em edital.

Ocorre que as empresas DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA, CONTAINER COMERCIO E SERVIÇOS LTDA e S.M GUIMARÃES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA – QUALITY FABRICAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA apresentaram recurso em face da decisão que habilitou a empresa SQUADRA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA alegando que não cumpriu com os requisitos indispensáveis estipulados pelo Edital, como a incongruências da proposta e inexecuibilidade (planilha de composição de custo); ausência de registro e validade dos índices financeiros (Balanço Patrimonial), do questionamento do imposto utilizado e ausência de apresentação de AFE.

DAS CONTRARRAZÕES FÁTICAS E JURÍDICAS

I - DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO – IMPOSTO USADO COMO REFERÊNCIA

Em que pese as alegações sobre a planilha de composição de custo, não merecem acolhimento. Ao questionar o descumprimento da Aplicabilidade da Planilha, bem como da formação de preço, resta cristalino que o preço praticado pela empresa vencedora do certame, é inferior ao preço praticado pela empresa, ora recorrente.

Fato relevante, que a Empresa Vencedora cumpriu as especificações prevista no edital, não se justificando que a empresa recorrente pratique preços acima dos praticados pela Empresa Vencedora. Sem, desmerecer o sofrimento da Empresa Recorrente, insta lecionar que a planilha de composição de custo teve apenas um lançamento com dados de valores unitários divergentes, valores eles registrados no lance do outro grupo pertencente ao mesmo pregão.

Porém, esse lançamento se torna um mero erro material, pois o preço de custo e a Proposta apresentada se baseia nas especificações previstas em Edital, onde também podemos considerar que antes da empresa ora recorrida estar devidamente habilitada teve outras duas empresas com ofertas menores, porém foram desclassificadas por motivo já resolvidos perante a Comissão.

Ressaltamos que o Acórdão 1.811/2014 do Plenário, aduz que erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constituiu motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.

Recentemente, ao analisar hipótese semelhante, o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta e reafirmou a impossibilidade de o licitante majorar o valor inicialmente proposto:

A existência de erros materiais ou omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

É importante sinalizar que a lei de licitações, ao prever a possibilidade de realização de diligências (art. 43, §3º), expressamente vedou a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta. Nesse sentido:

Não cabe a inabilitação de licitante em razão de ausência de informações que possam ser supridas por meio de diligência, facultada pelo art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, desde que não resulte inserção de documento novo ou

afronta à isonomia entre os participantes. (Acórdão 2873/2014 – Plenário).

Apesar da aparente contradição entre as recomendações acima citadas, especificamente quanto à correção de valores ou percentuais inseridos na planilha de preços, constata-se que o Tribunal de Contas da União entende que o ajuste sem a alteração do valor global não representaria apresentação de informações ou documentos novos, mas apenas o detalhamento do preço já fixado na disputa de lances ou comparação de propostas.

Além disso, aos órgãos e entidades subordinados à disciplina das instruções normativas editadas pelo Mpog, a IN nº 02/2008 dispõe expressamente, em seu art. 29-A, §2º, que “erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação”.

Considerando o questionamento da alíquota utilizada devemos levar em consideração a alíquota efetiva, que é a alíquota aplicada para apurar o imposto sempre será menor, pois ela considera o faturamento acumulado dos 12 últimos meses anterior ao mês de apuração e ainda aplica o valor a reduzir e conforme a faixa de faturamento.

O questionamento foi levantado considerando a receita bruta, porém, para efeito de cálculo do Simples, deverá ser deduzido as devoluções de vendas, fazendo com que a base de cálculo seja menor ainda.

Assim, fica demonstrado que a base de cálculo é feita de forma proporcional, onde não se pode levar em consideração que a proposta se torna inexecutável por este motivo.

O pregoeiro notando erro material, ou seja, erro facilmente detectado na planilha de formação de preços pode e deve requerer sua adequação, isto de acordo com o disposto no artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93, que assim versa: “É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”.

Por fim, vale notar que o mesmo raciocínio pode ser aplicado em licitações realizadas por lotes, na hipótese de um dos itens não cumprir os critérios de aceitabilidade estabelecidos no instrumento convocatório, tendo em vista que, conforme disposto no acórdão 3.473/14 – Plenário, nenhum sobrepreço unitário é aceitável nos serviços constantes do orçamento da licitação, ainda que a planilha orçamentária apresente preço global inferior aos referenciais adotados pelo TCU.

II - DO BALANÇO PATRIMONIAL

As Recorrentes expressam pela não habilitação da empresa Recorrida, onde aduz que incorreu em afronta as regras do edital.

Muito embora sobre as expostas e infundadas alegações, fica evidenciado a falta comprobatória de vícios e “afronta” as regras do edital, tão pouco conseguiu vislumbrar violações de Princípios do Instrumento Convocatório.

Nesta infunda alegação, equivocam-se quando alegam que o Balanço Patrimonial foi anexo em arquivo SPED, sem o lançamento das anotações contábeis de notas explicativas quanto ao índice financeiros, através do BLOCO J – campo J800.

Em relação aos índices financeiros e às notas explicativas, conforme estabelecido pela normativa reguladora do SPED, é importante destacar que, de acordo com nossa interpretação, os mesmos foram inseridos no campo apropriado, qual seja o BLOCO J – campo J800.

Tais informações foram integralmente incluídas no arquivo SPED apresentado, conforme podemos comprovar por meio da documentação e arquivos o quais foram enviados para a Comissão. Onde para comprovação foi enviado o arquivo Hash que contém o registro J800 onde consta as notas explicativas e os índices e também foi enviado a cópia de segurança do arquivo para que possa ser importado na ECD e consequentemente ser constatado os referidos arquivos juntados ao registro J800.

Ressaltamos que, embora a nossa apresentação tenha sido realizada exclusivamente por meio do sistema SPED, isso não implica que os índices comprobatórios e requisitos do Edital de “boa situação financeira” tenham sido negligenciados ou inadequadamente evidenciados. Pelo contrário, nossa empresa se empenhou em fornecer todas as informações necessárias para a análise de nossa situação financeira.

Sem prejuízo à exposição acima, ainda que fosse verdadeira a alegação de ausência das notas explicativas – o que, frise-se, não é a realidade dos fatos – convém destacar o posicionamento exarado pelo Tribunal de Contas da União, órgão máximo do controle externo nacional, conforme Acórdão 2962/2015 – Plenário, de Relatoria do Ministro Benjamin Zymler:

A exigência de fotocópia integral do livro diário, como requisito de habilitação em licitação, contraria o princípio da eficiência administrativa, sendo suficiente para a análise da qualificação econômico-financeira apenas cópias das páginas referentes ao balanço patrimonial, às demonstrações contábeis e aos termos de abertura e de encerramento, autenticadas pela Junta Comercial.(grifei)

Portanto fica apresentado as comprovações cabíveis que atestam a integralidade das demonstrações contábeis da empresa ora Recorrida, onde não há o que falar em desabilitação da empresa, pois tem todos os documentos comprobatórios.

III – DA APRESENTAÇÃO DA AFE

Um dos recursos apresentados foi na alegação que a recorrida não apresentou Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para comercialização de produtos, porém, tal documento não foi exigido no Edital.

Cabe à administração pública, ao elaborar o edital, definir as regras e condições para participação. Não tendo sido exigido tal documento no Edital, sua apresentação torna-se desnecessária.

Se a recorrente acreditasse que tal documento era imprescindível, deveria ter no tempo adequado impugnado o edital, requerendo que fosse incluída tal exigência. Se não o fez, ela mesma concordou com as condições previstas em edital, não cabendo, na fase prévia de assinatura do contrato, discutir ou afirmar que a declaração era obrigatória.

Exigir tal documento sem previsão editalícia é ferir o princípio da vinculação ao Instrumento convocatório e, portanto, inaceitável e ilegal a argumentação da recorrida sob esse aspecto. Veja-se a jurisprudência:

Ementa: LICITAÇÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. 1 - A LICITAÇÃO, PROCEDIMENTO VINCULADO, DEVE OBSERVAR, ENTRE OUTROS PRINCÍPIOS, O DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO (ART. 41, DA L. 8.666/93). 2 - ILEGAL A DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE COM FUNDAMENTO EM EXIGÊNCIA DE DOCUMENTO NÃO PREVISTO NO EDITAL. 3 - REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA. 18. Vê-se, assim, que não há qualquer fundamento na alegação da recorrente, em não havendo previsão no edital para apresentação de determinado documento, ilegal a inabilitação ou desclassificação da empresa pela sua não apresentação. 19. Postas as regras em edital, estas não podem ser alteradas, sendo a argumentação da recorrente inconsistente e desesperada.

Vê-se, assim, que não há qualquer fundamento na alegação da recorrente, em não havendo previsão no edital para apresentação de determinado documento, ilegal a inabilitação ou desclassificação da empresa pela sua não apresentação.

Postas as regras em edital, estas não podem ser alteradas, sendo a argumentação da recorrente inconsistente.

DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO - RAZOABILIDADE NAS REGRAS DO EDITAL - EXCESSO DE FORMALISMO

Nossa Carta Magna a Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência expressa assim em seu art. 37, caput.

Explicita ainda a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes art. 37, inciso XXI.

Considerada uma das principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

A finalidade da licitação, como referido é a de viabilizar a escolha da proposta mais vantajosa, o que deve ser ponderado em contraponto ao rigorismo exacerbado e preciosismos no julgamento.

Não se pode permitir que por EXCESSO DE FORMALIDADE uma empresa mais qualificada ao cumprimento do objeto seja desclassificada por mera irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO.

Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes. Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. **APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA.** (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #03334942) #3334942.

Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta é atingida com a recorrente, há grave inobservância ao princípio da RAZOABILIDADE e PROPORCIONALIDADE com a sua exclusão, conforme destaca a doutrina:

"Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, que se inter-relacionam, cuidam da necessidade de o administrador aplicar medidas adequadas aos objetivos a serem alcançados. De fato, os efeitos e consequências, do ato administrativo adotado devem ser proporcionais ao fim visado pela Administração, sem trazer prejuízo desnecessário aos direitos dos indivíduos envolvidos e à coletividade." (SOUZA, Alice Ribeiro de. Processo Administrativo do concurso público. JHMIZUNO. p. 74).

Portanto, considerando que a empresa tende perfeitamente a qualificação técnica e dispõe habilitação jurídica conforme os objetivos lançados no edital, requer o recebimento do presente recurso para a continuidade da HABILITAÇÃO.

DA QUEBRA DA ISONOMIA

Ao solicitar a inabilitação/desclassificação, as empresas Recorrentes, sem qualquer motivação ou razoabilidade, fere o princípio da isonomia, pois confere tratamento diferenciado, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson

Abreu Dallari:

"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado..." (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92).

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário - como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), com a destinação pública própria (princípio da finalidade), com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716).

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso, sendo assim não há o que falar da inabilitação/desclassificação da presente empresa, para que não seja ferido os princípios constitucionais, pois a mesma cumpriu com toda a documentação exigida em Edital.

DOS PEDIDOS

ISTO POSTO, diante da tempestividade destas razões, requer seja julgado totalmente IMPROCEDENTE os referidos Recursos administrativos, para fins de MANTER A DECISÃO RECORRIDA, dando seguimento ao processo licitatório, pois a empresa Recorrida cumpre com todos os requisitos exigidos em Edital.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Termos em que,
Pede deferimento

Goiânia – GO, 22 de agosto de 2023.

SQUADRA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

Fechar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

DECISÃO RECURSO
Nº 001/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.

PAE nº: 223/560873.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

Empresa Recorrente: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Pregoeiro: Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM.

Data do Certame: 27 de julho de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão da pregoeira ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no art. 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

"Manifesto intenção de recurso, pois a empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA esta com preço inexequível, iremos comprovar em nosso recurso." Grifo nosso.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71, apresentou as suas razões via sistema.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que:

a) Quanto ao questionamento 01:

"Assim, demonstra-se a primeira incongruência na proposta apresentada, A AUSÊNCIA DO VALOR TOTAL POR KIT, descumprindo expressamente o Anexo IV do Edital." Grifo nosso.

O entendimento desta pregoeira a respeito é que se trata de erro material, sanável, e ainda, que o mesmo não impacta a proposta em si, pois constam na proposta o valor total dos kits e o quantitativo de kits. Logo, é passível de correção, desde que não haja majoração no valor total da proposta nos termos do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 e do acórdão nº 714/2021, que dentre outros trata da possibilidade da correção de erro material em propostas, sem acrescentar novos documentos ou alterar o preço global anteriormente ofertado.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. Nas palavras do professor Adilson Dallari, a "licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital". A meu ver, a controvérsia existente nos autos pode ser facilmente dirimida com a aplicação do princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

b) Quanto ao questionamento 02:

"Segunda incongruência, ao qual pode induzir esse r. órgão ao erro e ao risco da contratação, pela imprecisão do valor, especificado no valor total do kit, quando apurado na proposta lançada face ao anexo de composição de custos. Vejamos. Na proposta apresentada a licitante SQUADRA oferta por valor global o quantum de R\$ 11.245.879,40 (onze milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) para 66.662 kits emergenciais, o que, mediante mero cálculo aritmético, equivale ao valor de R\$ 168,70 (cento e sessenta e oito reais e setenta centavos) por kit emergencial. Todavia, no anexo da planilha de composição de custo por kit, apresenta o valor total por kit de R\$ 185,14 (cento e oitenta e cinco reais e quatorze centavos), o que multiplicando por 66.662 kits (total), corresponderá a monta de R\$ 12.341.802,68 (doze milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e dois reais e sessenta e oito centavos), O QUE REFLETE UMA ALTERAÇÃO MALÉFICA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE UMA DIFERENÇA DE R\$ 1.095.923,28 (um milhão, noventa e cinco mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e oito centavos) no valor total contratado. Ou seja, absurdamente aproximadamente 9% (nove por cento) de aumento face ao suposto preço ofertado, demonstrando o nítido intuito de induzir essa d. CPL ao erro, ao passo de ofertar, se quer de má-fé, um valor divergente de sua composição de preço."

Em análise aos documentos acostados aos autos do processo pela empresa recorrida, foi observado um equívoco na "Planilha de composição de custos" que se chegou ao somatório por kit diferente do valor constante na "Proposta ajustada", no entanto, tal erro é passível de correção, conforme preconiza os itens 8.6 e 8.6.1 do edital. Observo ainda que não há risco de prejuízos à administração aos futuros valores contratados, pois o valor homologado ocorrerá com base no valor da proposta ajustada, a qual está em consonância com o valor homologado no sistema.

Em conclusão a tal questionamento esta pregoeira concorda em parte com a recorrente, pois há equívoco na planilha de custo, porém o mesmo se trata de erro material passível de correção, desde que não haja majoração no valor total da proposta nos termos do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 e do acórdão nº 714/2021. A jurisprudência aponta ainda a exemplo dos Acórdãos 1.811/2014, 2.546/2015, 830/2018 e 2.742/2018, todos do Plenário, em que apontam ser possível que a licitante melhor classificada corrija sua planilha orçamentária, desde que não resulte em aumento do valor total.

"A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de preços de licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto." (Acórdão 830/2018-TCU-Plenário).

c) Quanto ao questionamento 03:

"Por fim, considerando por terceira incongruência (ante ao confuso "valor total por kit emergencial" proposto pela licitante SQUADRA, se R\$ 168,70 ou R\$ 185,14), ao considerarmos o da proposta ajustada, qual seja unitário R\$ 168,70 - e global R\$ 11.245.879,40 -, temos por inexecutável tal valor.

Uma, porque é menor que 50% do valor de referência (qual seja R\$ 365,54), especificamente equivalendo a aproximadamente 54% menor que o valor de referência. Outra, porque ao considerarmos a média das propostas apresentadas, nos termos do artigo 48, II, §1º, a da Lei Nº 8.666/1993 é inferior a 70% (setenta por cento)."

Inicialmente, a despeito deste assunto temos que o §1º do inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993 não se aplica a este caso em discussão, pois é específico para obras e serviços de engenharia. Já, quanto à desclassificação de propostas com base no o inciso II do mesmo artigo, que trata de preços manifestamente inexequíveis, é aplicável aos casos em que não haja comprovação de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado.

Para efeito de discussão, temos uma divergência nas razões apresentadas pela recorrente em que menciona: "(...) a licitante recorrida encaminhou proposta ajustada e suposta demonstração de exequibilidade (...)" e, a posteriori menciona: "(...) Nota-se que, ainda no transcurso do processo, o D. Pregoeiro, quanto ao possível indício de valor inexequível, solicitou demonstração da exequibilidade do valor proposto, o que NÃO foi apresentado pela licitante. (...)". Ora, neste caso, de forma concreta temos o registro em ata da sessão pública do dia 07 de agosto de 2023, às 15:09:01, em que esta pregoeira solicita a comprovação de exequibilidade da proposta à recorrida e, no mesmo dia às 16:46:46 a recorrida encaminhou, via sistema, notas fiscais de compras e orçamento de seus fornecedores para todos os itens existentes no Kit Higiene, com preços de custo que estão condizentes com a proposta final ajustada. Logo, se torna inviável aqui discutir a respeito, já que a recorrente não foi clara em suas razões a respeito do que poderia estar disforme, em face de que esta pregoeira em revisão aos autos não vislumbrou problema na comprovação dos preços de custo.

Registre-se ainda a respeito deste tema que a proposta ajustada, juntamente com os catálogos, planilha de composição e demonstração de exequibilidade foram encaminhados formalmente ao setor técnico (CEDEC) para análise e parecer e, tal encaminhamento é feito em formulário padrão em que consta de forma expressa os questionamentos: "APRESEN-TA(M) CONFORMIDADE com o requisitado em Termo de Referência e é suficiente para sua aprovação, não requerendo assim apresentação de amostra?" e "A comprovação de exequibilidade da proposta APRESENTA CONFORMIDADE?" (p. 399 e 400 dos autos), logo, não há o que se falar em o setor técnico aprovar a proposta sem suscitar tais requisitos como fez a recorrente em suas razões recursais.

Em conclusão a tal questionamento esta pregoeira mantém a decisão de que a proposta apresentada pela recorrida teve sua exequibilidade comprovada por meio de notas fiscais de compras e orçamento de seus fornecedores no que tange aos seus preços de custos. Bem como, há de se registrar que a recorrida já executou contrato de objeto similar oriundo do Registro de Preços de Kit Higiene para a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (PE nº 30/2021/ SRP/CBMPA), para o qual, conforme diligência realizada por esta pregoeira (p. 608 a 610 dos autos) não há registros até então que desabonem a sua conduta, e ainda, nos levando a concluir, portanto, que a mesma tem plena ciência dos riscos inerentes ao objeto, bem como da forma de execução, fornecedores em potencial e condições de exequibilidade da proposta, já que o referido processo foi homologado à época com valor de R\$139,64 por kit e, este que permaneceu com valor inalterado até a execução do último contrato.

Ademais a suposta inexequibilidade da proposta também não restou evidenciada, na medida em que a empresa vencedora apresentou "declaração de composição de preços" (p.405 dos autos), a licitante comprometeu-se a assumir os custos e asseverou que os valores previstos em planilha estão de acordo com a realidade da empresa, comprometendo-se a executar o objeto da contratação, informando que sua planilha de custos contempla todas as despesas necessárias, inclusive despesas relativas a impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, dentre outras despesas de administração do contrato, responsabilizando-se por sua composição.

d) Quanto ao questionamento 04:

(...)

Outro ponto a ponderar corresponde a validade dos índices financeiros apresentados hábeis a comprovar "boa situação financeira" da licitante SQUADRA.

Nessa toada, a licitante SQUADRA apresentou balanço em arquivo SPED, todavia sem o devido lançamento das anotações contábeis de notas explicativas quanto aos índices financeiros.

Esclarecemos, que pela normativa reguladora do SPED deve ser inserido em campo apropriado as "notas explicativas" aos quais demonstrariam os índices, sendo eles: BLOCO J – campo J800.

(...)

Quanto a este questionamento, nos termos das normas vigentes, é fato que a recorrente claramente não intencionou tal questionamento em sua "Manifestação de intenção de recurso" constante no item 3 desta peça, mas

sim este assunto foi objeto de intenção por outra recorrente, o qual será devidamente respondido na decisão devidamente intencionada.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 42.292.712/0001-71, para o Grupo 02 do Edital do PE nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC, decidindo por retornar à fase de julgamento de propostas a fim de solicitar à recorrida, a empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 34.385.304/0001-36, nos termos dos itens 8.6, 8.6.1, 9.33, 25.2 e 25.6 do edital, ajuste em sua proposta final (adequar aos moldes do edital) e ajustar a planilha de composição de preços, ambos sem majorar o preço ofertado em sua proposta final.

7.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

7.3. É a decisão.

Belém-Pará, 25 de setembro de 2023.

Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 06/2023 – CBMPA/CEDEC

DECISÃO RECURSO Nº 002/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.

PAE nº: 223/560873.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

Empresa Recorrente: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Pregoeiro: Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM.

Data do Certame: 27 de julho de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

"A arrematante do Grupo 2 não possui documentação exigida por LEI, pertinente a sua atividade a ser desempenhada para o item temporariamente arrematado, fato este justificado pelo amparo legal que demonstraremos na peça recursal. ("A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação (...) de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene")" Grifo nosso.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77, apresentou as suas razões via sistema.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que a recorrente requer que seja exigido da recorrida o documento de Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal.

Nestes termos, é sabido que o edital constitui a lei que rege o certame; em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não pode a administração impor exigência estranha às regras que foram por ela delineadas. E, o que temos neste caso concreto é a ausência de previsão no edital acerca da necessidade de comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA, conforme requer a recorrente.

Rege o edital em seu item 9. DA HABILITAÇÃO, subdividido ainda pelos subitens: 9.14. Habilitação jurídica; 9.15. Regularidade fiscal e trabalhista; 9.16. Qualificação Econômico-Financeira e 9.17 Qualificação Técnica; além do

Anexo I, composto pelo Termo de Referência, os quais preveem um rol exaustivo de documentos a serem exigidos no decorrer do processo licitatório e, nestes claramente não consta exigência relativa a AFE.

Registra-se que a recorrente, bem como qualquer outro interessado seria pessoa legítima, para caso discordasse dos termos do edital, que impetrasse pedido de impugnação, amparado nas normas vigentes e no item 24 do edital, no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão, o que não foi feito.

Com base em salvaguardar a administração e trazer segurança jurídica ao ato, a pregoeira substituída, Renata de Aviz Batista – MAJ QOBM, solicitou manifestação jurídica à Comissão de Justiça do CBMPA em relação ao tema, a qual segue em síntese:

Diante do acima exposto, solicito a V.S.^a que vosso parecer deixe claro o posicionamento a ser tomada neste pregão, no mínimo, quanto a:

1. Cabe a exigência de AFE para este caso concreto, já que não há previsão editalícia, não houve questionamento em tempo a respeito e, já estamos na fase recursal?
2. Se exigido, caberá requerer tal documento à recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, já que a mesma alega que desenvolve atividade sob um modelo de negócios em que não realiza armazenamento de produtos e que o alvará informa como sendo "escritório"?

Diante da demanda acima exposta, a comissão de Justiça do CBMPA emanou parecer jurídico fundamentado a esta CPL, a qual segue em síntese:

II – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Como regra temos que nas licitações devem ser seguidas as regras do Edital, que por consequência está de acordo com as determinações da Lei no 8.666/93, que rege a Lei de Licitações e o Decreto no 10.520/2002, que rege as normas acerca do pregão eletrônico.

A Lei no 8.666/93 disciplinou a matéria limitando a atuação discricionária da

Administração Pública. Em seu art. 30, fixou a documentação necessária para a comprovação da qualificação técnica, limitando aos quatro incisos do caput:

Art.30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. (Grifo nosso).

[...]

Como se vê, o PREGÃO tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de KITS EMERGENCIAIS (Materiais de higiene pessoal), objetos do certame que estão subordinados à égide da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

Assim, dispõe o art. 50 da Lei 6.360/76:

Art. 50. O funcionamento das empresas de que trata esta Lei dependerá de autorização da Anvisa, concedida mediante a solicitação de cadastramento de suas atividades, do pagamento da respectiva Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e de outros requisitos definidos em regulamentação específica da Anvisa. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015). (Grifo nosso).

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser atualizada conforme regulamentação específica da Anvisa. Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015).

Por sua vez, a ANVISA editou a Resolução nº 16, de 01 de abril de 2014, que estabelece a exigência da Autorização de Funcionamento - AFE para as empresas que "armazenam, distribuem e transportem produtos de higiene pessoal e saneantes:

Art.3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde. (grifo nosso)

Por sua vez dispõe o art. 2º da Resolução 16/2014:

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições: [...] VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades; (grifo nosso)

Assim, a exigência de que os interessados no certame apresentem, na fase de habilitação, a Autorização de Funcionamento concedida pela ANVISA, encontra respaldo no inciso IV, do art.30 da Lei 8.666/93, por se tratar de norma específica que regula a fabricação e a comercialização dos produtos que compõem o objeto do certame, conforme decisão TCU - TC 018.549/2016-0: 5. A controvérsia entre o TRE/SP e a licitante se fixa, portanto, na exigência da AFE e de licença de funcionamento municipal, dispensadas para o comércio varejista, mas demandadas dos estabelecimentos atacadistas.

6. E possível verificar que, nos termos do art.2º, inciso V, da Resolução 16/2014 da Anvisa, comércio varejista de produtos para saúde é definido como aquele que "compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda a normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico". claramente não é a condição das licitantes que disputam o pregão em apreço, que visa ao fornecimento de quantidade expressiva do produto para uso corporativo.

Pois bem, a par da legislação supracitada, existindo normas específicas que regulamentam a fabricação e a comercialização dos produtos que compõem o objeto do certame, conclui-se ser possível a inclusão de tal requisito no Edital convocatório para fins de habilitação da interessada.

Da leitura do edital depreende-se que o não foi exigido das empresas licitantes, para fins de habilitação, a

Autorização de Funcionamento - AFE para os itens necessários, do objeto do presente certame.

Logo, em se tratando a aquisição de atividade de comércio atacadista (cf. estabelecido pela conceituação dada pela Resolução da ANVISA), não há ilegalidade na exigência da AFE como requisito de habilitação, conforme disposição de legislação especial específica.

Resta evidente que as empresas interessadas e participantes do certame, prescindem da Autorização de Funcionamento - AFE, ora citada.

Entretanto, compreende-se que deverão ser inseridas no Edital do Pregão Eletrônico a exigência da Autorização de Funcionamento - AFE que exigem a apresentação da Autorização de Funcionamento. Porém, mediante abertura de novo processo licitatório.

Por fim, ressalta-se que norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência (art.37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei 8666/93). Tais princípios são fontes de sustentação de toda estrutura administrativa, vinculando, portanto, todo ato administrativo à sua fiel observância.

III - DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, considerando a fundamentação jurídica ao norte citada e a fim de garantir a segurança jurídica dos atos praticados pela Administração, esta comissão de justiça manifesta-se no sentido do acolhimento da impugnação apresentada. Portanto, diante da ausência de apresentação de Autorização de Funcionamento - AFE no Edital, opina-se pelo cancelamento do certame licitatório, sugerindo a abertura de novo procedimento, encaminhando-se os autos ao pregoeiro e equipe de apoio para as devidas providências.

É o Parecer salvo melhor juízo.

Quartel em Belém-PA, 18 de setembro de 2023.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ 26.889.274/0001-77, para o Grupo 02 do Edital do PE nº 006/2023 - CBMPA /CEDEC e, portanto, decidindo pela inabilitação da empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 34.385.304/0001-36, por não apresentar documento de habilitação exigido por lei (AFE). No entanto, não pode prosperar a tese de continuidade da fase de habilitação, pois este pregoeiro acata em sua totalidade o parecer jurídico da Comissão de Justiça do CBMPA e, por conseguinte decide pela anulação do certame licitatório por conter vícios insanáveis. Isto é, que não são passíveis de serem corrigidos e que, por isso, inviabilizam A LEGALIDADE DO CERTAME COMO UM TODO ou o seu aproveitamento para a futura etapa de contratação.

7.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando discorda, mesmo que em parte, das razões apresentadas pela recorrente.

7.3. É a decisão.

Belém-Pará, 25 de setembro de 2023.

Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 06/2023

DECISÃO RECURSO Nº 003/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.
PAE nº: 2023/560873.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Pregoeiro: Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM.

Data do Certame: 27 de julho de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão da pregoeira ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no art. 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

“(…) quanto a empresa squadra conforme reza o edital devesse apresentar o balanço NA FORMA DA LEI (ACOMPANHADO DAS NOTAS EXPLICATIVAS) E TAL DOCUMENTO FOI APRESENTADO SEM ESTÁ VALIDADO PELO SPED. Com isso a necessidade da apresentação do arquivo digital para a verificação e comprovação da inclusão das notas explicativas no SPED para saber se foram inseridas no BLOCO J e campo J800” Grifo nosso.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, apresentou as suas razões via sistema.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO

Do pedido da recorrente, temos que: "(...) PORTANTO HÁ NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DO ARQUIVO DIGITAL PARA A VERIFICAÇÃO E COMPROVAÇÃO EXCLUSIVAMENTE DAS NOTAS EXPLICATIVAS (...)".

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que a recorrida, em suas contrarrazões alega que:

"(...) equivocam-se quando alegam que o Balanço Patrimonial foi anexo em arquivo SPED, sem o lançamento das anotações contábeis de notas explicativas quanto ao índice financeiros, através do BLOCO J – campo J800.

(...)"

Tais informações foram integralmente incluídas no arquivo SPED apresentado, conforme podemos comprovar por meio da documentação e arquivos o quais foram enviados para a Comissão. Onde para comprovação foi enviado o arquivo Hash que contém o registro J800 onde consta as notas explicativas e os índices e também foi enviado a cópia de segurança do arquivo para que possa ser importado na ECD e consequentemente ser constatado os referidos arquivos juntados ao registro J800.

(...)"

Registre-se que recebemos da recorrida via e-mail (cplcbmpa@gmail.com), no dia 22 de agosto de 2023, às 13:14, os arquivos nominados "COPIA SEGURANCA SPED 2022 ORIGINAL.sped" e "HASH DO REGISTRO J800 2022 ORIGINAL (1).txt". Os quais, serão requeridos para inclusão no sistema compras governamentais em momento oportuno.

Em análise aos fatos em si, temos que a recorrida apresentou no rol de documentos de habilitação seu balanço patrimonial referente ao ano de 2022 e os índices de comprovação da boa situação financeira da empresa superiores a 1 (um).

Há de se registrar ainda que nos termos do item 8.4 do edital temos que qualquer interessado pode requerer diligência para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, o que poderia ter sido feito ainda na fase de julgamento/habilitação, evitando-se assim apresentação de recurso de assunto que poderia ser sanado em fase anterior.

Vale lembrar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas. E, neste caso, além de que esta pregoeira entenda que os referidos documentos de habilitação apresentados pela recorrida atendem ao objetivo proposto na licitação temos ainda que, mesmo se não tivessem sido apresentados os índices, poderia se chegar a tais valores após cálculos aplicando-se as fórmulas dispostas no próprio edital, tendo por base os valores apresentados no balanço de 2022 e se chegaria assim aos índices requeridos.

No entanto, conforme solicitado pela recorrente será realizada a devida diligência requerida em face de retorno de fase, com vistas à apresentação do arquivo digital, por meio de sua inclusão no sistema compras governamentais. Válido frisar que tais arquivos tratam de informações internas da empresa e no formato apresentado não possui forma de acesso que não seja por meio de sistema específico da receita federal.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 41.243.002/0001-99, para o Grupo 02 do Edital do PE nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC, decidindo por retornar à fase de habilitação a fim de solicitar à recorrida, a empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 34.385.304/0001-36, nos termos dos itens 8.4, 9.33 e 25.2 do edital, em face de diligência, que realize o upload no sistema compras governamentais dos arquivos comprobatórios de remessa das notas explicativas do Sped relativas aos índices de comprovação de boa situação financeira da empresa.

7.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

7.3. É a decisão.

Belém-Pará, 25 de setembro de 2023.

Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 06/2023 – CBMPA/CEDEC

DECISÃO RECURSO
Nº 004/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.

PAE nº: 223/560873.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

Empresa Recorrente: HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.675.317/0001-56.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão da pregoeira ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no art. 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

"Vimos apresentar a nossa intenção de recorrer, com base no subitem 11.1 do edital, contra o aceite e habilitação da empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, uma vez que a empresa encontra-se em desacordo com os pressupostos exigidos nos subitens 9.16.4 e 9.16.4.1, não podendo ser recusada conforme acórdãos do TCU -2549/2020 e 4447/2020." Grifo nosso.

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.675.317/0001-56, apresentou as suas razões via sistema.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que:

a) Quanto ao questionamento:

"(...) analisamos a planilha de custos enviada pela empresa, na qual, constatamos que o valor do imposto encontra-se erroneamente calculado em relação ao valor de compra (...)"

Quanto a este questionamento, nos termos das normas vigentes, é fato que a recorrente claramente não intencionou tal questionamento em sua "Manifestação de intenção de recurso" constante no item 3 desta peça, porém, como este assunto não foi diretamente objeto intencionado por outra recorrente, a fim de dar maior segurança jurídica ao processo, passaremos à discutir a respeito.

Em análise aos documentos acostados aos autos do processo pela empresa recorrida, foi observado um equívoco na "Planilha de composição de custos" que se chegou ao somatório por kit diferente do valor constante na "Proposta ajustada", no entanto, tal erro é passível de correção, conforme preconiza os itens 8.6 e 8.6.1 do edital.

Importante ainda frisar que constam nos anexos do edital, no item 6.2.6 do Termo de referência e itens 6.3 e 12.2.6 da Minuta de Contrato a responsabilidade da contratada quanto ao recolhimento de impostos, sendo que caso a recorrida venha a apresentar planilha de formação de preços com mensuração incorreta de impostos, a mesma deverá arcar com os prejuízos porventura ocasionados. Além do que a recorrida em suas contrarrazões alega conhecimento em sua definição de alíquotas e cálculos, bem como apresentou "declaração de composição de preços" (p.405 dos autos), em que declara a inclusão em seu preço quanto aos impostos, taxas, entre outros.

Em conclusão a tal questionamento esta pregoeira concorda em parte com a recorrente, pois há equívoco na planilha de custo, porém o mesmo se trata de erro passível de correção, desde que não desde que não haja majoração no valor total da proposta nos termos do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993 e do acórdão nº 714/2021, que dentre outros trata da possibilidade da correção de erro material em propostas, sem acrescentar novos documentos ou alterar o preço global anteriormente ofertado.

b) Quanto ao questionamento:

"(...) com base nas alterações contratuais apresentadas pela empresa, notamos uma forte crescente gerada em cima do capital social integralizado da empresa, a empresa iniciou as suas atividades em 29/07/2019, com um capital social de 40.000,00 (quarenta mil reais), em menos de três anos saltou para R\$400.000,00, no entanto, causa estranheza, pois conforme Alteração Contratual do dia 12 de abril de 2022 no 2º tópico da página 01, o montante do balanço encerrado em 2021 foi de R\$ 360.000,00 reais, temos ainda a alteração contratual do dia 17 de julho de 2022 do capital social um aumento de R\$ 350.000,00 reais, gerando um montante de R\$ 750.000,00, é um tanto curioso, pois a empresa não possuiu reservas de lucros em nenhum momento para gerar tais reservas de capital social."

Quanto a tais considerações temos que: pode-se definir o capital social, segundo entendimento de Gonçalves Neto, como sendo: "a expressão numérica em moeda do valor do patrimônio fornecido pelos sócios para sociedade, por eles reputado necessário ou adequado para a consecução dos fins sociais."

De acordo com o estabelecido no Contrato Social e acordado pelos sócios, temos que a integralização de Capital Social pode ser feita em dinheiro; por bens móveis ou imóveis; por títulos de crédito, tais como registros de marca, de patentes, entre outros. Não havendo o que se falar como uma única fonte de alteração de capital social a reserva de lucros como aduz a recorrente.

É importante frisar que estamos no decorrer de um processo licitatório e, que não cabe a esta pregoeira ou a este órgão fiscalizar qual a forma de integralização realizada pela licitante, importa sim, neste caso, verificar o valor do capital social e se o mesmo está devidamente registrado em contrato social (ou em suas alterações), para fins de cumprimento de qualificação econômico-financeira mínima exigida no edital, e se o mesmo está registrado na Junta Comercial competente, o que fora verificado e encontra-se conforme. Sendo válido ainda ratificar que a responsabilidade pelo ato de integralização do capital social é do(s) sócio(s) conforme rege o art. 1.052 Código Civil Brasileiro.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO, para o mérito, DAR-LHE PROVIMENTO TOTAL, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ 19.675.317/0001-56, para o Grupo 02 do Edital do PE nº 006/2023 – CBMPA /CEDEC, decidindo por retornar à fase de julgamento de propostas a fim de solicitar à recorrida, nos termos dos itens 8.6, 8.6.1, 9.33, 25.2 e 25.6 do edital, ajuste em sua planilha de composição de preços e, quanto à habilitação, manter a decisão que habilitou a recorrida pelo atendimento aos termos dos itens 9.16.4 e 9.16.4.1 do edital;

7.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;

7.3. É a decisão.

Belém-Pará, 25 de setembro de 2023.

Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM
Pregoeiro do PE nº 06/2023 – CBMPA/CEDEC

Fechar



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

DECISÃO RECURSO

Nº 002/2023

Referência: Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA/CEDEC.

PAE nº: 223/560873.

Objeto da licitação: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene).

Empresa Recorrente: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Pregoeiro: Clebson Luiz Costa da Silva – **MAJ QOBM.**

Data do Certame: 27 de julho de 2023, 09h30min.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de decisão do pregoeiro ao recurso interposto ao Processo Licitatório em epígrafe, do objeto supracitado.

2. DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

2.1. Nos termos das legislações vigentes merece análise o pedido por ter atendido os preceitos estabelecidos no artigo 44 do decreto estadual nº 534/2020;

3. DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO NO SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

“A arrematante do Grupo 2 **não possui documentação exigida por LEI**, pertinente a sua atividade a ser desempenhada para o item temporariamente arrematado, fato este justificado pelo amparo legal que demonstraremos na peça recursal. (“A **AFE** é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação (...) de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene”)” **Grifo nosso.**





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

4. DAS RAZÕES DO RECURSO

4.1. A Recorrente, S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77, apresentou as suas razões via sistema.

5. DAS CONTRARRAZÕES

5.1. A Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36, apresentou as suas contrarrazões via sistema.

6. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE E DA ANÁLISE DO RECURSO

Do exposto e da análise das peças processuais, incluso as razões, contrarrazões, edital e seus anexos, temos a expor que a recorrente requer que seja exigido da recorrida o documento de Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal.

Nestes termos, é sabido que o edital constitui a lei que rege o certame; em atenção ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não pode a administração impor exigência estranha às regras que foram por ela delineadas. E, o que temos neste caso concreto é a ausência de previsão no edital acerca da necessidade de comprovação da Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA, conforme requer a recorrente.

Rege o edital em seu item 9. DA HABILITAÇÃO, subdivido ainda pelos subitens: 9.14. Habilitação jurídica; 9.15. Regularidade fiscal e trabalhista; 9.16. Qualificação Econômico-Financeira e 9.17 Qualificação Técnica; além do Anexo I, composto pelo Termo de Referência, os quais preveem um rol exaustivo de documentos a serem exigidos no decorrer do processo licitatório e, nestes claramente não consta exigência relativa a AFE.

Registra-se que a recorrente, bem como qualquer outro interessado seria pessoa legítima, para caso discordasse dos termos do edital, que impetrasse pedido de impugnação, amparado nas normas vigentes e no item 24 do edital, no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão, o que não foi feito.

Com base em salvaguardar a administração e trazer segurança jurídica ao ato, a pregoeira substituída, **Renata** de Aviz Batista – MAJ QOBM, solicitou manifestação jurídica à Comissão de Justiça do CBMPA em relação ao tema, a qual segue em síntese:





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto _____

Diante do acima exposto, solicito a V.S.^a que vosso parecer deixe claro o posicionamento a ser tomada neste pregão, no mínimo, quanto a:

1. Cabe a exigência de AFE para este caso concreto, já que não há previsão editalícia, não houve questionamento em tempo a respeito e, já estamos na fase recursal?
2. Se exigido, caberá requerer tal documento à recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, já que a mesma alega que desenvolve atividade sob um modelo de negócios em que não realiza armazenamento de produtos e que o alvará informa como sendo “escritório”?

Diante da demanda acima exposta, a comissão de Justiça do CBMPA emanou parecer jurídico fundamentado a esta CPL, a qual segue em síntese:

II — DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Como regra temos que nas licitações devem ser seguidas as regras do Edital, que por consequência está de acordo com as determinações da Lei no 8.666/93, que rege a Lei de Licitações e o Decreto no 10.520/2002, que rege as normas acerca do pregão eletrônico.

A Lei no 8.666/93 disciplinou a matéria limitando a atuação discricionária da Administração Pública. Em seu art. 30, fixou a documentação necessária para a comprovação da qualificação técnica, limitando aos quatro incisos do caput:

Art.30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e

indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - Comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. (Grifo nosso).

[...]

Como se vê, o PREGÃO tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de KITS EMERGENCIAIS (Materiais de higiene pessoal), objetos do certame que estão subordinados à égide da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

Assim, dispõe o art. 50 da Lei 6.360/76:

Art. 50. O funcionamento das empresas de que trata esta Lei dependerá de autorização da Anvisa, concedida mediante a solicitação de cadastramento de suas atividades, do pagamento da respectiva Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e de outros requisitos definidos em regulamentação específica da Anvisa. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015). (Grifo nosso).

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo será válida para todo o território nacional e deverá ser atualizada conforme regulamentação específica da Anvisa. Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015).



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Por sua vez, a ANVISA editou a Resolução nº 16, de 01 de abril de 2014, que estabelece a exigência da Autorização de Funcionamento - AFE para as empresas que "armazenam, distribuem e transportem produtos de higiene pessoal e saneantes:

Art.3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais.

Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde. (grifo nosso)

Por sua vez dispõe o art. 2º da Resolução 16/2014:

Art. 2º Para efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições: [...] VI - distribuidor ou comércio atacadista: compreende o comércio de medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, **produtos de higiene pessoal**, perfumes e saneantes, em quaisquer quantidades, realizadas entre pessoas jurídicas ou a profissionais para o exercício de suas atividades; (grifo nosso)

Assim, a exigência de que os interessados no certame apresentem, na fase de habilitação, a Autorização de Funcionamento concedida pela ANVISA, encontra respaldo no inciso IV, do art.30 da Lei 8.666/93, por se tratar de norma específica que regula a fabricação e a comercialização dos produtos que compõem o objeto do certame, conforme decisão TCU - TC 018.549/2016-0: 5. A controvérsia entre o TRE/SP e a licitante se fixa, portanto, na exigência da AFE e de licença de funcionamento municipal, dispensadas para o comércio varejista, mas demandadas dos estabelecimentos atacadistas.

6. É possível verificar que, nos termos do art.2º, inciso V, da Resolução 16/2014 da Anvisa, comércio varejista de produtos para saúde é definido como aquele que "compreende as atividades de comercialização de produtos para saúde de uso leigo, em quantidade que não exceda a normalmente destinada ao uso próprio e diretamente a pessoa física para uso pessoal ou doméstico". claramente não é a condição das licitantes que disputam o pregão em apreço, que visa ao fornecimento de quantidade expressiva do produto para uso corporativo.

Pois bem, a par da legislação supracitada, existindo normas específicas que regulamentam a fabricação e a comercialização dos produtos que compõem o objeto do certame, conclui-se ser possível a inclusão de tal requisito no Edital convocatório para fins de habilitação da interessada.

Da leitura do edital depreende-se que o não foi exigido das empresas licitantes, para fins de habilitação, a Autorização de Funcionamento - AFE para os itens necessários, do objeto do presente certame.

Logo, em se tratando a aquisição de atividade de comércio atacadista (cf. estabelecido pela conceituação dada pela Resolução da ANVISA), não há ilegalidade na exigência da AFE como requisito de habilitação, conforme disposição de legislação especial específica.

Resta evidente que as empresas interessadas e participantes do certame, prescindem da Autorização de Funcionamento - AFE, ora citada.

Entretanto, compreende-se que deverão ser inseridas no Edital do Pregão Eletrônico a exigência da Autorização de Funcionamento - AFE que exigem a apresentação da Autorização de Funcionamento. Porém, mediante abertura de novo processo licitatório.

Por fim, ressalta-se que norteiam os procedimentos licitatórios os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, economicidade, competitividade e eficiência (art.37 da Constituição Fe-





**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

deral e art. 3º da Lei 8666/93). Tais princípios são fontes de sustentação de toda estrutura administrativa, vinculando, portanto, todo ato administrativo à sua fiel observância.

III - DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, considerando a fundamentação jurídica ao norte citada e a fim de garantir a segurança jurídica dos atos praticados pela Administração, esta comissão de justiça manifesta-se no sentido do acolhimento da impugnação apresentada. Portanto, diante da ausência de apresentação de Autorização de Funcionamento - AFE no Edital, opina-se pelo cancelamento do certame licitatório, sugerindo a abertura de novo procedimento, encaminhando-se os autos ao pregoeiro e equipe de apoio para as devidas providências.

É o Parecer salvo melhor juízo.

Quartel em Belém-PA, 18 de setembro de 2023.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante do exposto **CONHEÇO AS RAZÕES DO RECURSO APRESENTADO**, para o mérito, **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL**, decidindo pela procedência parcial das razões apresentadas pela licitante S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ 26.889.274/0001-77, para o Grupo 02 do Edital do PE nº 006/2023 – CBMPA /CEDEC e, portanto, decidindo pela inabilitação da empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ 34.385.304/0001-36, por não apresentar documento de habilitação exigido por lei (AFE). No entanto, não pode prosperar a tese de continuidade da fase de habilitação, pois este pregoeiro acata em sua totalidade o parecer jurídico da Comissão de Justiça do CBMPA e, por conseguinte decide pela anulação do certame licitatório por conter **vícios insanáveis**. Isto é, que não são passíveis de serem corrigidos e que, por isso, inviabilizam A LEGALIDADE DO CERTAME COMO UM TODO ou o seu aproveitamento para a futura etapa de contratação.

7.2. Nos termos do art. 13 inciso III do decreto estadual nº 534/2020 encaminho os autos à autoridade competente a quem competirá decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando discorda, mesmo que em parte, das razões apresentadas pela recorrente.

7.3. É a decisão.

Belém-Pará, 25 de setembro de 2023.

Clebson **Luiz** Costa da Silva – **MAJ QOBM**

Pregoeiro do PE nº 06/2023



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ
Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.
Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E
COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FL. Nº _____

Visto

DECISÃO AUTORIDADE COMPETENTE

**PE 06/2023 - CEDEC/CBMPA – REGISTRO DE PREÇOS PARA
EVENTUAL AQUISIÇÃO DE KITS EMERGENCIAIS (KIT HIGIENE).**



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ

Quartel do Comando-Geral – Av. Júlio César, nº 3000, Bairro: Marambaia, Belém-Pará, CEP 66.615-055.

Telefone: (91) 98899-6515 e-mail: cplcbmpa@gmail.com

Análise das decisões proferidos pelo Pregoeiro Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM, referente ao processo PAE nº: 2023/560873 que trata do Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA, cujo objeto é: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene) ocorrido em 27 de julho de 2023, 09h30min (*sessão de abertura*).

Metodologia: Este ordenador inicialmente fará suas considerações a respeito dos fatos, com base no arcabouço que envolve as razões, contrarrazões e decisão do pregoeiro e ao final emitirá sua decisão.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 1

Empresa Recorrente: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Após as etapas de lances, julgamento de propostas e habilitação, houve recurso impetrado pela empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71, questionando a aceitação da proposta da recorrida. Os questionamentos envolvem a ausência do valor total por kit na proposta da recorrida, a alegada incongruência que poderia induzir a administração ao erro devido à imprecisão do valor e a exequibilidade da proposta, com apresentação de cálculos para comprovar tal argumento. Também foi mencionada a falta de lançamento de notas explicativas sobre índices financeiros na proposta da recorrida.

O pregoeiro entende que o erro na “Planilha de composição de custos” é material e corrigível, não afetando a proposta em si, desde que não haja aumento no valor total, conforme previsto na Lei 8.666/1993 e no acórdão nº 714/2021.

O pregoeiro concorda parcialmente com a argumentação da recorrente, reconhecendo o erro como corrigível, desde que não haja aumento no valor total da proposta, conforme a

jurisprudência. Além disso, enfatiza que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas, não sendo um concurso de destreza para escolher o melhor cumpridor do edital. Também destaca que o setor técnico analisou a proposta ajustada, os catálogos, a planilha de composição e a demonstração de exequibilidade, considerando suficientes as notas fiscais de compras e orçamentos de fornecedores para comprovar a coerência dos preços de custo. Portanto, decide dar provimento parcial ao recurso da empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, solicitando à empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA que ajuste sua proposta final e a planilha de composição de preços de acordo com o edital, sem aumento no preço ofertado, retornando à fase de julgamento de propostas.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 2

Empresa Recorrente: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

O recurso menciona que a arrematante do Grupo 2 não possui a documentação exigida por lei para a atividade temporariamente arrematada, especificamente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA. A recorrente justifica essa ausência com base em amparo legal.

No ponto “Das Razões do Recurso”, é mencionado que a Recorrente, S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, apresentou suas razões via sistema. As Contrarrazões, por sua vez, foram apresentadas pela Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Na seção “Dos Pedidos da Recorrente e da Análise do Recurso”, a Recorrente requer que a Recorrida apresente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para a comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal. Argumenta que o edital não previa essa exigência e que a ausência de previsão no edital torna essa exigência ilegal. É mencionado que qualquer interessado poderia ter impugnado o edital, mas isso não foi feito. Na decisão relatada, o pregoeiro solicitou uma manifestação jurídica à Comissão de Justiça do CBMPA

para esclarecer a questão da exigência da AFE. A Comissão de Justiça emitiu um parecer jurídico que respalda a exigência da AFE, com base na legislação vigente. Após análise, a Comissão de Justiça do CBMPA recomenda o cancelamento do certame licitatório, sugerindo a abertura de um novo procedimento licitatório. A decisão final anula o certame devido à ausência da exigência da Autorização de Funcionamento da ANVISA entre os documentos de qualificação técnica.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 3

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado a empresa CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, questiona a aceitação da proposta da empresa SQUADRA, alegando que esta não havia validado seu balanço patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme exigido pelo edital. A recorrente solicitou a apresentação do arquivo digital para verificar a inclusão das notas explicativas no SPED, especialmente no Bloco J e campo J800.

O pregoeiro informou que recebeu os arquivos solicitados da recorrida via e-mail em 22 de agosto de 2023 e que esses arquivos seriam requeridos para inclusão no sistema de compras governamentais em momento oportuno. A análise dos fatos revelou que a recorrida havia apresentado seu balanço patrimonial de 2022 e índices que comprovavam sua boa situação financeira, conforme exigido no edital. O pregoeiro observou que, de acordo com o item 8.4 do edital, qualquer interessado poderia solicitar uma diligência para verificar a exequibilidade e legalidade das propostas, o que poderia ter sido feito durante a fase de julgamento/habilitação, evitando a necessidade de um recurso. Também enfatizou que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas e que, mesmo que os índices não tivessem sido apresentados, poderiam ser calculados com base nos valores do balanço de 2022, conforme estipulado no edital. A luz dos fatos decidiu dar provimento parcial ao recurso apresentado pela CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA e determinou que a empresa SQUADRA

COMERCIO E SERVICOS LTDA realizasse uma diligência para fazer o upload no sistema de compras governamentais dos arquivos comprobatórios das notas explicativas do SPED relacionadas aos índices de comprovação da boa situação financeira da empresa, retornando à fase de habilitação do processo.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 4

Empresa Recorrente: HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.675.317/0001-56.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Após análise da decisão do pregoeiro, MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, foi consignado que a empresa recorrente questionou um erro na planilha de custos da empresa concorrente, relacionado ao cálculo do imposto em relação ao valor de compra, embora não tenha mencionado isso explicitamente na manifestação de intenção de recurso. O pregoeiro decidiu discuti-lo, identificando o erro, que era passível de correção conforme o edital. O pregoeiro também destacou a responsabilidade da recorrida em recolher os impostos e concordou parcialmente com a recorrente, desde que não houvesse aumento no valor total da proposta, como estabelecido na lei. Quanto ao aumento do capital social da empresa recorrida, o pregoeiro explicou que não era relevante para o processo licitatório, mantendo a decisão de habilitação da recorrida.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 5

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04.

Referência: Grupo 01 – Kit Higiene (Exclusivo ME/EPP)

O MAJ QOBM Clebson **Luiz** Costa da Silva, referente ao recurso impetrado para este item consignou que: A empresa recorrente questionou a capacidade técnica da concorrente, alegando

falta de comprovação dos atestados apresentados e sua incompatibilidade com os critérios do edital. O pregoeiro explicou que a solicitação de comprovação era facultativa e que não havia percebido a necessidade disso durante a habilitação, dada a quantidade pequena de itens em comparação com o fornecimento mencionado nos atestados. No entanto, reconheceu que poderiam ter sido solicitadas diligências para verificar a veracidade do atestado. O pregoeiro decidiu retornar o Grupo 01 à fase de habilitação para essa verificação, seguindo o entendimento proposto no Acórdão 1211/2021, Plenária do TCU.

1. Este Ordenador de Despesas vislumbra que o processo licitatório em discussão não está totalmente em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, que o tema que norteia o recurso foi integralmente discutido e recepcionado, portanto, **DECIDO CONCORDAR INTEGRALMENTE COM O PARECER JURIDICO EMITIDO PELA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO CBMPA**, sob a numeração de 202 de 14 de setembro de 2023 e 209/2023/COJ de 18 de setembro de 2023, e que tal decisão afasta a possibilidade de acatar os encaminhamento entendido e propostos pelo pregoeiro, que embora os entendimento exarados nos decisões atinentes aos recurso de números 1, 3, 4 e 5 ao norte explicitados terem sido assertivas, perdem a finalidade quanto a imperatividade se dar cumprimento à anulação do certamente por erro insanável, devido a ausência da exigência da Autorização de Funcionamento das Empresas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre os documentos de qualificação técnica no que se refere aos produtos que estão obrigados ao registro perante a Anvisa. Por tudo exposto, determino que seja anulado o Pregão Eletrônico nº 06/2023/CBMPA, para que seja feito todos os ajustes necessários no sentido de sanar as incorreções e instruir novo certame licitatório para contratação do objeto pretendido.

2. É a decisão.

Belém-Pará, 26 de setembro de 2023.

JAYME DE AVIZ

BENJO:41157362249

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Assinado de forma digital por JAYME
DE AVIZ BENJO:41157362249
Dados: 2023.09.29 15:47:22 -03'00'

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Ordenador de Despesas

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DA AUT. COMPETENTE: NÃO MANTÉM DECISÃO PREGOEIRO

DECISÃO AUTORIDADE COMPETENTE

Análise das decisões proferidos pelo Pregoeiro Clebson Luiz Costa da Silva – MAJ QOBM, referente ao processo PAE nº: 2023/560873 que trata do Pregão Eletrônico nº 006/2023 – CBMPA, cujo objeto é: Registro de preços para eventual aquisição de Kits Emergenciais (Kit Higiene) ocorrido em 27 de julho de 2023, 09h30min (sessão de abertura).

Metodologia: Este ordenador inicialmente fará suas considerações a respeito dos fatos, com base no arcabouço que envolve as razões, contrarrazões e decisão do pregoeiro e ao final emitirá sua decisão.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 1

Empresa Recorrente: DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, inicialmente cabe citar os atos até aqui consignados:

Após as etapas de lances, julgamento de propostas e habilitação, houve recurso impetrado pela empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, CNPJ 42.292.712/0001-71, questionando a aceitação da proposta da recorrida. Os questionamentos envolvem a ausência do valor total por kit na proposta da recorrida, a alegada incongruência que poderia induzir a administração ao erro devido à imprecisão do valor e a exequibilidade da proposta, com apresentação de cálculos para comprovar tal argumento. Também foi mencionada a falta de lançamento de notas explicativas sobre índices financeiros na proposta da recorrida.

O pregoeiro entende que o erro na "Planilha de composição de custos" é material e corrigível, não afetando a proposta em si, desde que não haja aumento no valor total, conforme previsto na Lei 8.666/1993 e no acórdão nº 714/2021.

O pregoeiro concorda parcialmente com a argumentação da recorrente, reconhecendo o erro como corrigível, desde que não haja aumento no valor total da proposta, conforme a jurisprudência. Além disso, enfatiza que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas, não sendo um concurso de destreza para escolher o melhor cumpridor do edital. Também destaca que o setor técnico analisou a proposta ajustada, os catálogos, a planilha de composição e a demonstração de exequibilidade, considerando suficientes as notas fiscais de compras e orçamentos de fornecedores para comprovar a coerência dos preços de custo. Portanto, decide dar provimento parcial ao recurso da empresa DISTRIBUIDORA BORGES ALIMENTOS LTDA, solicitando à empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA que ajuste sua proposta final e a planilha de composição de preços de acordo com o edital, sem aumento no preço ofertado, retornando à fase de julgamento de propostas.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 2

Empresa Recorrente: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, CNPJ 26.889.274/0001-77.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

O recurso menciona que a arrematante do Grupo 2 não possui a documentação exigida por lei para a atividade temporariamente arrematada, especificamente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA. A recorrente justifica essa ausência com base em amparo legal.

No ponto "Das Razões do Recurso", é mencionado que a Recorrente, S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA, apresentou suas razões via sistema. As Contrarrazões, por sua vez, foram apresentadas pela Recorrida, SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Na seção "Dos Pedidos da Recorrente e da Análise do Recurso", a Recorrente requer que a Recorrida apresente a Autorização de Funcionamento (AFE) da ANVISA para a comercialização de produtos para saúde e higiene pessoal. Argumenta que o edital não previa essa exigência e que a ausência de previsão no edital torna essa exigência ilegal. É mencionado que qualquer interessado poderia ter impugnado o edital, mas isso não foi feito. Na decisão relatada, o pregoeiro solicitou uma manifestação jurídica à Comissão de Justiça do CBMPA para esclarecer a questão da exigência da AFE. A Comissão de Justiça emitiu um parecer jurídico que respalda a exigência da AFE, com base na legislação vigente. Após análise, a Comissão de Justiça do CBMPA recomenda o cancelamento do certame licitatório, sugerindo a abertura de um novo procedimento licitatório. A decisão final anula o certame devido à ausência da exigência da Autorização de Funcionamento da ANVISA entre os documentos de qualificação técnica.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 3

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Após análise da decisão do pregoeiro substituto, o MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado a empresa CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99, questiona a aceitação da proposta da empresa SQUADRA, alegando que esta não havia validado seu balanço patrimonial no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme exigido pelo edital. A recorrente solicitou a apresentação do arquivo digital para verificar a inclusão das notas explicativas no SPED, especialmente no Bloco J e campo J800.

O pregoeiro informou que recebeu os arquivos solicitados da recorrida via e-mail em 22 de agosto de 2023 e que esses arquivos seriam requeridos para inclusão no sistema de compras governamentais em momento oportuno. A análise dos fatos revelou que a recorrida havia apresentado seu balanço patrimonial de 2022 e índices que comprovavam sua boa situação financeira, conforme exigido no edital. O pregoeiro observou que, de acordo com o item 8.4 do edital, qualquer interessado poderia solicitar uma diligência para verificar a exequibilidade e legalidade das propostas, o que poderia ter sido feito durante a fase de julgamento/habilitação, evitando a necessidade de um recurso. Também enfatizou que o objetivo do processo licitatório é atender às necessidades públicas e que, mesmo que os índices não tivessem sido apresentados, poderiam ser calculados com base nos valores do balanço de 2022, conforme estipulado no edital. A luz dos fatos decidiu dar provimento parcial ao recurso apresentado pela CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA e determinou que a empresa SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA realizasse uma diligência para fazer o upload no sistema de compras governamentais dos arquivos comprobatórios

das notas explicativas do SPED relacionadas aos índices de comprovação da boa situação financeira da empresa, retornando à fase de habilitação do processo.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 4

Empresa Recorrente: HIGEIA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA, CNPJ 19.675.317/0001-56.

Empresa Recorrida: SQUADRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 34.385.304/0001-36.

Referência: Grupo 02 – Kit Higiene (Ampla Concorrência)

Após análise da decisão do pregoeiro, MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado ao processo licitatório supracitado, foi consignado que a empresa recorrente questionou um erro na planilha de custos da empresa concorrente, relacionado ao cálculo do imposto em relação ao valor de compra, embora não tenha mencionado isso explicitamente na manifestação de intenção de recurso. O pregoeiro decidiu discuti-lo, identificando o erro, que era passível de correção conforme o edital. O pregoeiro também destacou a responsabilidade da recorrida em recolher os impostos e concordou parcialmente com a recorrente, desde que não houvesse aumento no valor total da proposta, como estabelecido na lei. Quanto ao aumento do capital social da empresa recorrida, o pregoeiro explicou que não era relevante para o processo licitatório, mantendo a decisão de habilitação da recorrida.

SOBRE A ANÁLISE DO RECURSO Nº 5

Empresa Recorrente: CONTAINER COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 41.243.002/0001-99.

Empresa Recorrida: PRO MARCAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 45.950.400/0001-04.

Referência: Grupo 01 – Kit Higiene (Exclusivo ME/EPP)

O MAJ QOBM Clebson Luiz Costa da Silva, referente ao recurso impetrado para este item consignou que: A empresa recorrente questionou a capacidade técnica da concorrente, alegando falta de comprovação dos atestados apresentados e sua incompatibilidade com os critérios do edital. O pregoeiro explicou que a solicitação de comprovação era facultativa e que não havia percebido a necessidade disso durante a habilitação, dada a quantidade pequena de itens em comparação com o fornecimento mencionado nos atestados. No entanto, reconheceu que poderiam ter sido solicitadas diligências para verificar a veracidade do atestado. O pregoeiro decidiu retornar o Grupo 01 à fase de habilitação para essa verificação, seguindo o entendimento proposto no Acórdão 1211/2021, plenária do TCU.

1. Este Ordenador de Despesas vislumbra que o processo licitatório em discussão não está totalmente em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, que o tema que norteia o recurso foi integralmente discutido e recepcionado, portanto, **DECIDO CONCORDAR INTEGRALMENTE COM O PARECER JURIDICO EMITIDO PELA COMISSÃO DE JUSTIÇA DO CBMPA**, sob a numeração de 202 de 14 de setembro de 2023 e 209/2023/COJ de 18 de setembro de 2023, e que tal decisão afasta a possibilidade de acatar os encaminhamento entendido e propostos pelo pregoeiro, que embora os entendimentos exarados nas decisões atinentes aos recursos de números 1, 3, 4 e 5 ao norte explicitados terem sido assertivas, perdem a finalidade quanto a imperatividade se dar cumprimento à anulação do certamente por erro insanável, vícios na elaboração do edital e o descumprimento de normas legais devido à ausência da exigência da Autorização de Funcionamento das Empresas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária entre os documentos de qualificação técnica no que se refere aos produtos que estão obrigados ao registro perante a Anvisa. Por tudo exposto, determino que seja anulado o Pregão Eletrônico nº 06/2023/CBMPA, para que seja feito todos os ajustes necessários no sentido de sanar as incorreções e instruir novo certame licitatório para contratação do objeto pretendido.

2. É a decisão.

Belém-Pará, 26 de setembro de 2023.

JAYME DE AVIZ BENJÓ – CEL QOBM

Comandante-Geral do CBMPA e Coordenador Estadual de Defesa Civil

Ordenador de Despesas

Fechar